

Brasília, 24 de julho de 2009.

Plantão: Rolando, Paulo Henrique e Márcia.

Presentes em Porto Alegre/RS (CONNEB): Luizão, Iaci Azevedo, Rogério Marzola, João Paulo e Maria Ângela (representação).

INFORMES NACIONAIS

ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO

Informamos que o GT-Segurança antecipou suas atividades para os dias 10 e 11/08 por motivo da data anterior estar coincidindo com a audiência pública.

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL ESTATUTÁRIA DA FASUBRA SINDICAL BRASÍLIA-DF, 11 E 12 DE JULHO DE 2009

Local: Faculdade de Educação, UnB – Auditório 2 Candangos - Brasília/DF, 11 e 12 de julho de 2009

Pauta:

- 1) Informes Nacionais e de Base;
- 2) Avaliação de Conjuntura;
- 3) Plano de lutas - XX CONFASUBRA;
- 4) Outros Assuntos.

Delegados credenciados: 130 delegados (as).

Entidades credenciadas (37): STU, SINDS-UFSJ, SINTUFSC, ASSUFM, SINDIFES/BH, SINTUFAL, ASUNIRIO, SINTUFPA, SINTUFS, ASSEFEI, SINTUNIFESP, SINTUFSCAR, SINTESPB, SINTUFEJUF, SINTEMA, SISTA/MS, ASUFPEL, SINTUFF, SINTFUB, SINTUFPI, SINDTEST/PR, SINTUNIFAL, SINTUFEPE-RURAL, SINTUR/RJ, SINTUFCE, SINTUFES, SINTUFRJ, SINT-IFESGO, SINTEST/RN, SINDS-UFSJ, ASAV-SINDICATO, SINTUF/MT, ASSUFBA, SINTESAM, SINTE-MED, SINTET/UFU, ASSUFRGS e SINTEST/AC.

Entidades Observadoras (01): ASSUFOP.

Direção Nacional: (24) Léia, Rolando, Paulo Henrique, Raimundo Uchôa, Luiz Antonio, Rosane, Sandro, Rosangela, Janine, Walter, Luizão, Doni, Marcelino, João Paulo, Maninho, Almiram, Cristina Del Papa, Fatinha, Márcia Messias, Carla Cobalchini, Iaci Azevedo, Rogério Marzola, Marco Borges e Mário Garofolo.

Ausências justificadas: Pedro Rosa.

HOMENAGEM PÓSTUMA

Francisco Canindé Queiroz - UFRN; Maria Souza André - UFU; Júlio Batainha e Zoel Martins - ASSUFRGS; Valdir e Camilo - SINTUFB.

INFORMES GERAIS

- Cumprimento do Acordo/2007
- PLP 92 – Fundação Estatal de Direito Privado
- Auxílio a Saúde Suplementar
- GEAP – Grupo Empresarial de Assistência Previdenciária (auxílio a saúde suplementar)

- Mandato de Injunção – Aposentadoria
- XX CONFASUBRA – Custos
- CONTUA – Brasil (FASUBRA) – na Vice Presidência e na Secretaria de Educação e Formação
- CONAE – CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Entidades que estão na organização: ASSURGS, SINTUF-MT, SINTFUB, SINTUFES, SISTA-MS, SINT-UFG, SNTMED, SINTUFRJ, SINTUFCE, SINTESTPB, SINTEST-PR)
- CNRH – CONFERÊNCIA NACIONAL DE REC. HUMANOS
- 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL
- 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
- CONSTRUÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA FASUBRA
- Ratificação da Fundação da FASUBRA - inclusão na Plenária da Carreira (entidades que já ratificaram em Assembléia Geral (conforme exigência Portaria 186): SISTA, UFRJ, SINDIFES-BH, SINTUFSC, SINTFUB, SINTUFCE, SINTUNIFESP, SINTESE-PB, SINTUFES.

PLANO DE LUTAS - XX CONFASUBRA - CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

1. Contra o neoliberalismo;
2. Defesa da soberania dos povos.
3. Realizar uma ampla mobilização nacional, unificando aqueles que têm compromisso popular, as forças de esquerda e partidos políticos;
4. Construção de agenda, para pressionar o Governo federal, estadual e municipal a alterar o padrão de intervenção e desenvolvimento do Estado brasileiro;
5. Desenvolver ações concretas para imprimir regulação pública aos empréstimos de recursos públicos às empresas privadas - condicionando-os à manutenção de empregos;
6. Cobrar avanços em termos de controle social e participação democrática na destinação da renda pública;
7. Disputar os espaços públicos para democratizar a definição da renda pública;
8. Atendimento preferencial aos segmentos de renda mais baixa da população;
9. Proteção ao meio ambiente, com desenvolvimento de políticas de crédito, subsídios e incentivos fiscais que favoreçam os processos produtivos amigáveis ao meio ambiente e os produtos que incorporem serviços ambientais;
10. Que a Fasubra se posicione contra os crimes políticos. e a favor da liberação dos presos, em especial aqueles que foram presos no Pará por causa das barragens;
11. Não ao corte dos investimentos;
12. Ampliação e Cumprimento integral dos orçamentos, com caráter impositivo para a Seguridade Social, Saúde, educação, infra-estrutura e reforma agrária;
13. Por uma campanha nacional, unitária e democrática pelo fim da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. Contra a política de criminalização da pobreza e extermínio da população pobre.
14. Em defesa do MST e dos movimentos sociais. Apoio às ocupações de terra e terreno urbano, realizado por essas organizações de excluídos.
15. Não a perseguição contra ativistas e dirigentes sindicais, estudantis e populares.
16. Ampliação da concessão do tempo do seguro desemprego e aumento do seu valor, incluindo aí direitos para o desempregado, como verba de transporte;
17. Extensão de programas sociais do governo para trabalhadores desempregados;
18. Orçamento público para políticas públicas e serviços públicos e não para os banqueiros; orçamento para saúde, educação pública, moradia e reforma agrária;
19. Massiva e imediata política de investimentos estatais na construção de escolas, hospitais, casas, serviços de infra-estrutura como saneamento, não apenas para gerar empregos, mas também para levar dignos serviços públicos e sociais para a maioria da população, especialmente nestes tempos de crise;
20. Defesa dos direitos dos trabalhadores do setor público, da manutenção dos acordos salariais e reajustes dignos, fim das terceirizações e privatizações dos serviços públicos;

21. Contratação, de mais trabalhadores, através de concurso público, para atender a demanda das áreas sociais;
22. Fora os transgênicos;
23. Por uma política que garanta a soberania alimentar;
24. Contra a construção de barragens na Amazônia.
25. Revogação da lei do petróleo. Fim dos leilões de bacias petrolíferas. Pela volta do monopólio do estatal brasileiro sobre o petróleo. Petrobrás 100% brasileira: reestatização da Petrobrás!
26. Fora as transnacionais e atividades na Amazônia, que promovam a biopirataria, queimadas, degradação da floresta, visando obter lucros a custo da precarização ambiental.
27. Lutar pelo cuidado e cura do planeta.
28. Criação de GT para discutir o meio ambiente e a retomada do desenvolvimento sustentável
29. Solidariedade com as categorias dos trabalhadores que estiverem em mobilizações.
30. Lutar por melhores condições de trabalho e soberania comunicacional.
31. Denunciar o governo Lula e qualquer governo quando estes servirem como instrumento do capital e do imperialismo.
32. Controle de capitais, fim de remessa de lucros;
33. Que a FASUBRA promova o debate sobre a Reforma Política no Brasil, com a participação das bases.
34. Defender nas organizações programa dos trabalhadores, que rompa com imperialismo e sistema financeiro internacional fazendo frente à crise e apontando saída socialista para humanidade;
35. Participar das lutas contra qualquer tipo de acordo bilateral ou multilateral que oprime povos e destróem as economias e todas as manifestações sociais, culturais e religiosas dos povos das Nações.

CUMPRIMENTO DOS ACORDOS

1. Defesa dos direitos dos trabalhadores do setor público, cumprimento dos acordos salariais.
2. Garantia dos concursos públicos já realizados, com nomeação imediata dos novos trabalhadores técnico-administrativos em educação;
3. Que a FASUBRA pressione o governo para que os acordos negociados, não sofram nenhuma mudança que traga prejuízo para os trabalhadores(as), e articule junto aos parlamentares no sentido de criarem medidas e ou mecanismos para impedir demissões.

CONVENÇÕES DA OIT

1. Lutar pela Ratificação das Convenções 151, 158.

EM DEFESA DO EMPREGO

1. Política permanente de Geração de emprego;
2. Construção de Mobilizações Contra as demissões; que os ricos paguem pela crise;
3. Contra as propostas defendidas pelo governo e empresários de redução da contribuições patronais tais como INSS, FGTS e CONFINS que compõem receita da Seguridade Social;
4. Inclusão de cláusulas, nos contratos de empréstimos, feitos pelo BNDES, que impeçam a demissão de trabalhadores;
5. Repúdio a postura de setores empresariais que lucraram muito nos últimos anos e recorrem às demissões como forma imediata de ajuste;
6. Campanha nacional contra as demissões e pela e estabilidade no emprego;
7. Construção de 01 (hum) Dia Nacional de Luta contra a Crise e pela manutenção dos empregos; que esse chamado seja encaminhado para todas as centrais sindicais, no intuito

- de ampliar a mobilização e exigir dessas organizações a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores em nosso país;
8. Controle público e do Estado de empresas que estão demitindo em massa ou próximas de fechar.
 9. Exigência ao governo federal e ao Congresso Nacional da adoção de legislação específica que garanta a estabilidade no emprego, sem redução de salários ou direitos; para todos os trabalhadores;
 10. Que a FASUBRA cobre do governo Lula Medida Provisória e Projeto de Lei que garanta a estabilidade de emprego;
 11. Readmissão de todos demitidos em função da crise, e dos 4270 demitidos da EMBRAER sem redução de direitos
 12. Cobrar dos governos um plano de obras públicas para garantia plena de emprego e oferecer serviços à população, como casas populares, escolas e hospitais;
 13. Participar de Campanhas pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário em todos os setores da sociedade;
 14. FASUBRA encaminhar a todas centrais sindicais Moção de apoio aos trabalhadores da iniciativa privada, contrária as demissões;
 15. Contribuir para a construção de greves gerais pela garantia do emprego;

MODELO DE ESTADO

1. Organização de Ciclo de Debates para a conformação de um projeto de desenvolvimento para o Brasil/ Plataforma da Classe Trabalhadora para 2010, sob a ótica da classe trabalhadora;
2. Continuar e fortalecer a luta contra as privatizações, articulando-se com todos os movimentos sociais que estejam no mesmo caminho, realizando ações nacionais, estaduais, municipais e institucionais.
3. Lutar pela Reestatização da Embraer e da Vale do Rio Doce.
4. Pela extinção das Fundações de Apoio Privadas.
5. Criação do GT Terceirização para construção de políticas para organizar a defesa dos trabalhadores(as) terceirizados, base da FASUBRA;
6. Paralelamente a instalação do GT-Terceirização, a FASUBRA deve buscar a ANDIFES no sentido de organizar Grupo de Trabalho com os Reitores, para trabalhar posição conjunta acerca do tema.
7. Organização de Encontro dos trabalhadores terceirizados para levantamentos de suas demandas;
8. Discutir alternativas para inclusão dos trabalhadores(as) terceirizados nos quadros das IES;
9. Levantar as formas de terceirizações existentes nas IES;
10. Garantia que os recursos públicos sejam utilizados para investimentos em políticas públicas.
11. Previdência pública e solidária, com o fim do fator previdenciário;
12. Anular leilões de petróleo e garantir que a riqueza do pré-sal não seja entregue às multinacionais, como propõe a campanha da FUP por uma Petrobrás 100% estatal;
13. Previdência pública e solidária;
14. Avançar na reforma agrária, apoiando uma intervenção ativa dos trabalhadores rurais de todas entidades que lutam pela reforma agrária, e cobrança de assentamentos e de crédito para a pequena agricultura familiar, atualização do índice de produtividade e limite de propriedade de terras;
15. Unidade de todos os servidores contra a EC 19 e a divisão em "carreiras típicas";
16. Concursos públicos para contratação de mais trabalhadores para atender a demanda das áreas sociais.
17. Implantação de Negociação Coletiva no Serviço Público;
18. Luta pelo retorno da data-base e implantação de uma política salarial;
19. Defesa do Regime Jurídico Único.
20. Contra o contrato de trabalho temporário e o banco de horas;

21. Fortalecer a luta contra o PLP 01/2007;
22. Participação na Conferência Nacional de Educação e Conferência Nacional de Recursos Humanos, Conferência Nacional de Comunicação disputando as nossas concepções;

SALÁRIO MÍNIMO E PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

1. Lutar pelo aumento do Salário Mínimo, referência DIEESE;
2. Apoio a Campanhas pela implementação do Piso Nacional do Magistério;
3. Lutar pelo Piso Salarial de 3 s.m, para os Técnico-Administrativos das IFEs.

MODELO ECONÔMICO

1. Campanha contra empréstimos do governo ao FMI;
2. Pela imediata suspensão do pagamento de juros e amortização da dívida interna e externa com Auditoria da Dívida Pública e instalação da CPI na Câmara onde os partidos políticos insistem em não indicar seus representantes. Após o resultado da auditoria, tudo que for detectado ilegal e abusivo não será pago.
3. Contra o pagamento da dívida externa e interna; Articulando campanha pelo cancelamento da dívida pública dos países periféricos.
4. Rompimento com o FMI e Banco Mundial.
5. Fazer uma campanha nacional junto aos partidos e os parlamentares, para que estes indiquem seus representantes na CPI da auditoria da dívida.
6. Democratizar o Orçamento Geral da União, a gestão dos bancos públicos, o Conselho Monetário Nacional, dentre outros espaços de definição dos investimentos;
7. Lutar pela diminuição dos juros;
8. Lutar pelo fim do superávit primário e da Lei de Responsabilidade Fiscal;
9. Cobrar a redução dos juros e da taxa Selic;

REFORMA TRIBUTÁRIA

1. Reforma tributária progressiva, que taxe o lucro, o grande capital e as grandes fortunas e desonere impostos dos itens que compõem a cesta básica.
2. Rejeição do projeto de lei sobre reforma tributária da forma como ela está na câmara dos deputados e que reduz recursos da Seguridade Social;
3. Controle estatal sobre os bancos que especulam com título da dívida e dinheiro público; Aqui não se trata de uma estatização para saneamento dos bancos, mas uma estatização que toque direto no problema da propriedade e na necessidade de controle estatal até para garantir créditos e juros baratos, fim da especulação bancária, etc..

BENEFÍCIOS

1. Lutar pelo aumento, reajuste e isonomia dos benefícios conquistados pela categoria (auxílio transporte, saúde, alimentação, auxílio creche etc.);
2. Reabertura urgente das mesas de negociação de benefícios (vale alimentação, plano de saúde, vale transporte.);

CONTRA PROJETOS QUE ATACAM DIREITOS DOS SERVIDORES

1. Retirada imediata da pauta do congresso nacional de todos os projetos que atacam os direitos dos servidores, como o PLP 01(PLS 611), PLP 92, PEC 248, PLP 301, dentre outras...
2. Enfrentamento ao projeto das fundações estatais de direito privado, com a sua retirada e denunciando os partidos e parlamentares que votam no PL 92/07
3. Contra o PL 1992/07 fundos de pensão;
4. Contra a flexibilização dos direitos.

5. Contra qualquer reforma da previdência que retire direitos dos trabalhadores;
6. Pela aprovação da PEC-441;- Pela aprovação da PEC 555; - Pela aprovação da PEC 270.
7. Contra o PL 4497/Regulamentação do Direito de Greve.
8. Nenhuma reforma que retire direitos;

INTERNACIONAL

1. Política externa, voltando a ser atuante, com mais autoridade e construindo pontes com outras áreas do mundo (China, Índia, Rússia, África)
2. Nenhuma política de relação desigual do Estado brasileiro com os países da América Latina.
3. Revisão dos acordos de Itaipu com o Paraguai e renegociação dos acordos entre Petrobrás e o governo boliviano com respeito à soberania e aos decretos de nacionalização do gás natural boliviano e a legislação brasileira.
4. Frente de países latinos americanos contra o pagamento da dívida pública;
5. Fora a IV Frota dos Estados Unidos da América Latina!
6. Nenhum acordo de livre comércio com os EUA.
7. Apoiar a resistência e luta do povo palestino contra a ocupação militar de Israel e pela queda do odioso muro que aprisiona um povo na sua própria terra.
8. Exigir o rompimento com o FMI. Uma vez constatada a não ruptura, Lutar também contra o repasse de recursos dos trabalhadores ao imperialismo capitalista representado pelos EUA, que tem agido contra as nações que buscam sua independência econômica, cultural e política.
9. Posicionar-se contra as agressões do imperialismo aos povos do mundo.
10. Participação da FASUBRA na campanha pela retirada das tropas brasileira do Haiti, e de todo exercito de ocupação das Nações Unidas, e exigência do governo que retire;
11. Repudiar todas as formas de discriminação e opressão de gênero, raça e étnico-religiosas cometidas pelo imperialismo e seus aliados.
12. Lutar contra qualquer idéia intervencionista à soberania dos povos.

FUNCIONALISMO

1. Lutar pela Isonomia Salarial
2. Institucionalização da Negociação Coletiva (definição do árbitro:Travar debate com o Governo sobre a concepção de negociação coletiva, pois ele precisa ter: Direito de Greve, Data Base, Quem vai arbitrar;
3. Garantia do Direito Irrestrito de Greve, Definição de Política Salarial; Data Base; Política Salarial.
4. Rejeitar o PL 4497/01 – Direito de Greve no Serviço Público – apresentar proposta
5. Livre direito de organização e de greve.
6. Pela ascensão funcional no serviço público;
7. Discutir e implementar alternativas para enfrentamento as ações do TCU em relação aos cortes dos salários dos servidores;
8. Revogar a MP 2225-45/2001 que extinguiu a contagem do anuênio;
9. Lutar por uma política salarial com fixação de data base, com aplicação integral do índice inflacionário do período e ainda um percentual de ganho real, que seja contrário a gratificação produtivista;
10. Política isonômica para financiamento da saúde do trabalhador;
11. A FASUBRA, reconhece a CNESF como um fórum de entidades do Serviço Público Federal, respeitadas a autonomia e resoluções construídas nos fóruns nacionais da Federação e como um fórum aglutinador das lutas gerais dos trabalhadores(as)do SPF, quando forem possíveis os consensos, onde serão apresentadas e defendidas as suas deliberações emanadas de suas plenárias e congressos.Para tanto a FASUBRA divulgará no ID o Calendário de Atividades acordadas (como Plenárias, marchas, atos, etc..), orientando a participação das entidades de base.

12. Defender unidade de todos segmentos do setor público em todas esferas para garantir direitos trabalhadores não apenas como tática para momento mais como necessidade para buscar vitórias no enfrentamento a proposta do governo que ataquem os direitos dos trabalhadores ;
13. Construir luta unificada do funcionalismo federal para organizar resistência dos servidores e lutar em defesa do cumprimento dos acordos de greve;
14. Pelo direito à saúde do trabalhador ativo, aposentado e pensionista;
15. Construção de Política de preparação para aposentadoria;
16. Unidade ativo-aposentado-pensionista; em todas as negociações, a FASUBRA lutará intransigentemente em defesa da paridade e, portanto contra as chamadas "gratificações de desempenho", explicando essa posição à base, sobretudo aos novos servidores;
17. Recuperar direitos previdenciários retirados a emenda Constitucional 20/1998 e na 41/2003.
18. A FASUBRA deve se empenhar pela aprovação do PL de Reintegração dos pedvistas- Programa de Demissão Voluntária;
19. Campanha nacional de reintegração dos pdvistas;
20. 01 (hum) dia de luta contra a fundação estatal de direito privado, com ida ao congresso nacional e recolher assinatura dos parlamentares;
21. Contra as fundações estatais de direito privado, com paralisação e atos nos HU's;
22. Contra a PEC-12 dos precatórios;

UNIVERSIDADES

1. Em defesa do art.207-Constituição Federal. Defesa da autonomia universitária com controle social, conforme o projeto universidade cidadã para os trabalhadores;
2. Rearticular o fórum nacional em defesa da escola pública;
3. Lutar contra investimentos privados, nacional ou estrangeiro, na educação brasileira;
4. A FASUBRA deve entrar imediatamente após este congresso com o pedido de inconstitucionalidade da Lei de Inovação Tecnológica já aprovado em plenária;
5. Defesa para que os trabalhadores da base da Fasubra participem da conferência nacional de educação;
6. Realização de um amplo debate, resgatando os consensos construídos nos CONEDs, coordenados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, visando uma ação unificada e articulada nas Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Educação, para que possamos avançar no fortalecimento da Educação como direito social inalienável de todos os cidadãos e cidadãs.
7. Contra a suspensão dos concursos públicos nas universidades Federais e Estaduais;
8. Criação de conselhos de administração, ensino e pesquisa e deliberativo com a participação da comunidade e da sociedade;
9. Lutar pela Autonomia Universitária das IES Federais e Estaduais: a) reposição automática do quadro de pessoal Técnico-Administrativo em Educação nas situações de aposentadoria, morte e exoneração; b) liberdade de remanejamento de vagas para os cargos de necessidade de cada IFE; c) gestão participativa (mudança do Artigo 56 da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB); d) fim da terceirização e contratação de servidores somente através de Concurso Público; e) aumento do orçamento para as Instituições Públicas, Federais, Estaduais e Municipais de ensino superior, com planejamento prévio e avaliação participativa, buscando a qualidade referenciada socialmente; f) previsão legal de instrumentos destinados a garantir a flexibilização da execução orçamentária, visando ao atendimento das especificidades e à plena utilização dos recursos financeiros arrecadados, inclusive saldos de exercícios anteriores, conforme detalhado no plano de desenvolvimento institucional, aprovado pelos órgãos colegiados superiores, com a participação do segmentos representativos da comunidade universitária; g) necessidade de orientação aos órgãos públicos, visando que os saldos existentes possam ser remanejados para atender as necessidades das IES, exceptuando aqueles que são garantidos pela legislação conforme Lei 430/64 – Lei do Orçamento Público e afins; h)

- estabelecimento de regras objetivas e permanentes para garantir o financiamento das Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, conforme previsto no Art. 212 da Constituição Federal e Lei Orgânica dos estados e municipais; i) garantia da regularidade das transferências orçamentárias e financeiras pelo Governo Federal, Estadual e Municipal; j) permanência das regras constitucionais de controle da gestão de recursos públicos; l) garantia legal de paridade e integralidade entre os salários dos ativos, aposentados; m) garantia de recursos orçamentários específicos para o pagamento de precatórios; n) garantia de permanência dos Hospitais Universitários no âmbito das respectivas Instituições Federais, Estaduais e Municipais, conforme referido atualmente no Art. 45 da Lei Orgânica da Saúde, com aporte de recursos orçamentários e financeiros de pessoal, custeio e investimentos adequados ao cumprimento das suas funções de assistência, ensino pesquisa e extensão; o) garantia de permanência das escolas técnicas vinculadas e dos colégios de aplicação no âmbito das respectivas Instituições Federais, Estaduais e Municipais, com destinação orçamentária do Tesouro Nacional, dentro dos recursos destinados às instituições.
- 10.** Assegurar autonomia das escolas e das universidades na elaboração do projeto político pedagógico, de acordo com as características e necessidades da comunidade, com financiamento público e gestão democrática, com a perspectiva da consolidação do sistema nacional de educação.
- 11.** O REUNI, Educação a Distância, novo ENEM e o artigo 50 serão temas de estudo do GT Educação, para deliberação posterior.

DEMOCRATIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES

- 12.** Lutar pela revogação da Lei nº 9192/95 que disciplina a escolha dos dirigentes da IFES;
- 13.** A escolha de reitores das universidades federais, estaduais e municipais, deve ser feita através de eleições, no mínimo paritárias, democráticas e participativa, com a participação dos aposentados, podendo os TAEs votarem e serem votados, devendo o processo esgotar-se no âmbito das próprias universidades.
- 14.** Extensão dos direitos assegurados na Lei 11892/2008, no tocante a democratização das IFES.
- 15.** A composição democrática, no mínimo paritária, nos órgãos Colegiados Superiores em todas as instituições de ensino públicas, com participação dos aposentados.
- 16.** Campanha pela defesa do voto paritário real em todas as instâncias das IFES, com a participação dos aposentados
- 17.** Ocupação de funções gratificadas e cargos direção pelos TAE;
- 18.** Que os técnicos possam ser candidatos a Reitor, Pró-Reitor, Diretores de Centro, desde que os mesmos preencham os requisitos.
- 19.** Solicitar ao MEC maior fiscalização no que se refere ao respeito a legislação de inclusão dos portadores de deficiência em Âmbito nacional;
- 20.** Garantir que nas Universidades o acesso as atividades e eventos culturais sejam gratuitos para todos os trabalhadores técnico-administrativos ativos; aposentados e pensionistas;
- 21.** Pela exclusão o art. 46 da LDB que permite aos professores ocupar 70% das vagas nos órgãos colegiados;
- 22.** Recuperar a experiência realizada entre a FASUBRA e a ANDIFES, instituindo um modelo de Sistema de Negociação Nacionalmente Articulado, onde possamos avançar na consolidação de diretrizes para todo o Sistema, no tocante à metodologia de Gestão Administrativa e Financeira nas Universidades; Políticas de Gestão de Pessoas; Programas de Capacitação e Avaliação; Programas de Qualidade de Vida; Modelos de Assistência Estudantil; Modelos de gestão democrática.
- 23.** Democratizar o ensino superior, ampliando as redes de instituições educacionais, os recursos humanos devidamente qualificados, o número de vagas com políticas de permanência e assistência, fortalecendo o caráter público, gratuito da educação brasileira em todos os sistemas de educação.

DIÁRIAS, FG's e CD

24. Implantação de valores únicos de diárias, nas respectivas IFES, independentemente da categoria ou classe a que pertença o trabalhador.
25. Aumento dos valores das diárias das IFES
26. Aumento do número de FG's e ampliação dos seus respectivos valores;

VALORIZAÇÃO

27. Garantir a valorização dos profissionais técnico-administrativos em Educação em sua formação básica e continuada, carreira e salário.
28. Garantia do exercício do direito dos trabalhadores das universidades e de seus filhos de zero a seis anos de serem atendidos em centros de convivência infantil, mantidos e gerenciados pela universidade pública, que produz conhecimento sobre infância e tem a responsabilidade social de aplicá-lo em sua própria comunidade.
29. Campanha de implantação da Jornada semanal para 30 horas, começando pela implantação do Decreto .
30. Políticas de Pós-graduação universal, com financiamento da CAPES, através de bolsas para todos (estudantes, técnico-administrativos).
31. Construir programas de qualificação em gestão pública seja no aspecto da graduação ou pós-graduação;

FINANCIAMENTO

32. Fim da DRU da Educação;
33. Que a DRU - Desvinculação de Receita da União – criada pelo governo de FHC, que permite o governo gastar 20% da arrecadação seja revogada;
34. Que se garanta os 18% previstos no artigo 212 da CF para a manutenção e desenvolvimento das IFES, assim como os percentuais definidos nas constituições estaduais e nas Leis orgânicas municipais;
35. Que os 18% previstos no Artigo 212 da CF para garantir a manutenção e desenvolvimento do ensino por parte da união seja calculado também sobre as contribuições e não somente dos impostos e taxas;
36. Na definição do orçamento das Instituições, as despesas com custeio, investimento e pessoal dessas Unidades Acadêmicas devem compor o orçamento das IFES, vinculadas aos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino – artigo 212 da CF, acrescidas das demais fontes públicas de financiamento, oriundas do Ministério da Saúde e de subvinculação de orçamentos e impostos, taxas e contribuições cuja função seja o financiamento público da educação.

POLÍTICA DE SEGURANÇA PARA AS IES

37. Cobrar da ANDIFES a participação na construção de uma Política/Projeto de Segurança para as IFES.
38. Que à FASUBRA reivindique junto ao MEC a abertura de concurso público para vigilantes e demais cargos de técnico-administrativos em educação.
39. Que a FASUBRA solicite parecer a sua assessoria jurídica sobre as escalas de serviços que geram horas trabalhadas e não pagas em algumas IES;
40. Que a FASUBRA, pautada em seus fóruns as políticas deliberadas nos seminários nacionais de segurança das IES.
41. Que a FASUBRA apóie o PLS 173 relativo o risco de vida.

GENERO E RAÇA

42. Encontro dos técnico-administrativos Negros e Negras e militantes anti-racismo;
43. A FASUBRA deve realizar cursos de formação de Política Racial para as entidades de base, procurando qualificar e aprofundar o debate.
44. A FASUBRA deve implementar as decisões do XVIII CONFASUBRA quanto as políticas afirmativas, considerando a sua inclusão no Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores, por isso a FASUBRA deve organizar junto com as entidades da educação e com o movimento negro um grande movimento nacional pela aprovação do projeto de lei das cotas e por uma política de assistência estudantil que garanta a permanência do negro na universidade
45. Apoiar e lutar pelos projetos de saúde da população negra
46. Lutar pela capacitação de professores para atuarem na promoção da igualdade racial
47. Lutar pela construção de um Mapa da Cidadania da população negra
48. A FASUBRA deve se inserir em todos os movimentos nacionais que visem discutir a opressão, a participação no mercado de trabalho e a violência contra a mulher.
49. Criação da Coordenação da Mulher Trabalhadora e da Coordenação de Raça e Etnia para tratar de assuntos referentes as mulheres e negros;
50. Aprofundar a análise da realidade da mulher negra, considerando a existência de doença pré-existente entre outras a anemia falciforme;
51. Participação de Campanhas contra ações machistas e sexistas.
52. Realização do Seminário,antecedendo o Encontro Nacional de Negros e Negras, com fins de aprofundar a questão de políticas afirmativas.
53. Apoiar os encaminhamentos feitos no 4º encontro nacional de negras e negros técnico-administrativos em educação da base da FASUBRA;
54. Lutar pela Implantação de cotas sociais e raciais trazendo categoria para os debates.

ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO

As resoluções relativas às temáticas de Hospitais Universitários e de Aposentados estão em fase final de redação e seguirá no próximo ID.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES - 2009

JULHO

21	Reunião com Ministério do Planejamento (Duvanier Paiva)
23 a 26	Assembléia Nacional do CONNEB-RS
27 e 28	Reunião da Mesa do SUS
29 e 30	Reunião da CIRH - CNS
29	Oficina com Ministério do planejamento

AGOSTO

08 e 09	GT-APOSENTADOS
10 a 12	GT - Educação
10 a 12	GT-SEGURANÇA e Coordenadores Nacionais e Regionais
13 e 14	Encontro regional do PNE em MG
11 a 13	XXIX Encontro CNDP - ANDIFES
14	DIA NACIONAL DE LUTA
15 e 16	Encontro das coordenações de Comunicação das Entidades de Base.
25 e 26	Reunião do Comitê de raça das Américas

25 a 27	Reunião do GT-Raça e Etnia
A Definir	Planejamento Estratégico DN FASUBRA
30	Conferência Nacional da Saúde Ambiental - Etapa Municipal
SETEMBRO	
5 e 6	GT-Carreira
16 e 17	Reunião de Direção
18	Plenária das Estaduais
19 e 20	Plenária Nacional Estatutária FASUBRA Sindical
21 e 22	Seminário para preparação da intervenção na CONAE
22	2º Encontro Sindical - "NOSSA AMÉRICA" - BRASIL
24 e 25	Reunião dos Coordenadores de Esporte e Cultura das Bases
OUTUBRO	
11 e 12	Encontro dos Comunicadores das Entidades de Base
27 A 30	XIV Congresso Internacional sobre Reforma do Estado e da Administração Pública
30	Conferência nacional da Saúde Ambiental - Etapa Estadual
NOVEMBRO	
A Definir	Curso de Formação de Multiplicadores
DEZEMBRO	
15 a 18	Conferência nacional da Saúde Ambiental - Etapa Nacional
	Conferência Nacional de Comunicação
	Conferência Nacional de Educação